

José Falero, *Os Supridores e a mais-valia*

Analia Bicalho Vencioneck (Doutoranda)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura (PPGCL-UFRJ)
e-mail: vencioneck.analia@letras.ufrj.br

Em “Sonho de riqueza”, segundo capítulo do romance *Os Supridores* (2020), de José Falero, o narrador apresenta a história do surgimento da Lomba do Pinheiro, futura Vila-Sapo, subúrbio de Porto Alegre, e o personagem Pedro. O sonho de riqueza, que dá título ao capítulo, pertence a Pedro, que vive ali desde que se entende por gente, e que trabalha como repositor ou supridor de estoque no supermercado Fênix. Em meio a aproximações do tempo presente da vida de Pedro com a história de formação da Lomba do Pinheiro, produto da “metástase civilizatória trazida nas caravelas”, onde dúzias de vilas cresciam “sem qualquer planejamento às margens da estrada, todas derramando-se desordenadamente por encostas íngremes” (FALERO, 2020, p. 18), vemos um quadro no qual território e sujeito fundem-se em desolação, narrados em paralelo na progressão do capítulo, aproximando a experiência coletiva da formação subjetiva, individual.

Pedro surge, assim, situado na divisa indivisível entre duas vilas. “Mas Pedro já estava familiarizado com imperfeições, como toda pobre que se preza, ainda que não se considerasse merecedor delas, como todo pobre que se despreza” (FALERO, 2020, p. 20): Como um pobre que se despreza, Pedro compreende a agrura das condições em que vive, às quais é sujeitado: “os ônibus lotados, as roupas surradas, os cigarros vagabundos, a insuficiência de cobertas no inverno, a falta de um ventilador no verão, o cheiro horrível de esgoto no quintal, a casa repleta de ratos, baratas, aranhas, cupins, pulgas, carrapatos e lagartixas” (ib.). Mas o paralelismo entre “pobre que se preza” e “pobre que se despreza” coloca em cena a contrariedade do personagem ao senso comum, bem como sua indignação e desejo de mudança quanto às próprias circunstâncias precárias.

As condições de sua vida pessoal, de sua casa e de sua vizinhança parecem repercutir, em menor escala, na densidade cotidiana, a desordem fundamental na origem da Lomba do Pinheiro. Como se todos ali estivessem eternamente condenados a uma vida precária, Pedro reflete sobre a historicidade de sua família, que determina aquilo que parece uma *pobreza*

genética: “Seus bisavós tinham sido pobres a vida inteira, seus avós tinham sido pobres a vida inteira, seus pais tinham sido pobres a vida inteira: até onde iria dar isso? Teria sua família uma grande ‘tradição na vadiagem’?” (FALERO, 2020, p. 24). Retoricamente, o personagem conclui que não: seus ancestrais trabalharam muito ao longo da vida, “tinham pertencido à classe social que mantinha a merda do país funcionando, e se sempre foram pobres, era porque tinha alguma coisa errada... O erro deles talvez tivesse sido *respeitar demais a lei...*” (ib.) A pobreza sistêmica de sua família ao longo do tempo contraria tanto a ética do trabalho quanto a ideia de meritocracia neoliberal, e a compreensão desse dissenso acende a revolta em Pedro, que compreende, assim, a perpetuação de condições que o condenam a permanentemente assumir o lugar de um “pobre que se (des)preza”, cercado por dificuldades materiais e pela violência do crime organizado. Ao sistematizar a realidade ao seu entorno com agudez, Pedro reconhece que os sentimentos extremos que caracterizam o ciclo vital do tráfico e da vida cotidiana dos moradores daquela viela não importam (incluindo os seus próprios), porque *suas vidas não possuem valor*.

Essa série de percepções cotidianas formam um terreno justificativo para que a personagem empreenda uma ação irregular, visando mudar de vida economicamente, e a revolta internalizada vai criando corpo linguístico e densidade retórica dentro do romance. Atento aos movimentos de oferta e demanda de maconha dentro do negócio do tráfico na Lomba do Pinheiro, reconhece ali uma brecha de mercado, uma vez que, dentre os ilícitos, era a cocaína que gerava entre as quadrilhas os confrontos por pontos de venda, enquanto os consumidores de maconha, por consequência, ficavam desabastecidos. O crime, devidamente calculado quanto aos seus riscos, se revela para Pedro como uma saída da situação de eterno sacrifício, na qual o trabalho assume a forma da servidão; “E mesmo que desse errado, o que o jovem tinha a perder? Nem a cadeia, nem a própria morte seriam piores do que a vidinha de bosta que ele já levava (FALERO, 2020, p. 38). Aquele era “o momento de ter fé” (p. 39). Pedro irrompe com a lógica de uma pobreza genética no momento em que reflete sobre as condições materiais dela, que contradizem o discurso meritocrático de esforço e recompensa *através do trabalho*.

Convém, portanto, estabelecer o que se entende por trabalho neste contexto: trata-se do *trabalho alienado*, caracterizado pela apropriação da força de trabalho no contexto do capital. De forma muito resumida, pode-se dizer que a noção de alienação envolve a compreensão do trabalho dentro do macro da esfera econômica produtiva: o processo de alienação pelo trabalho ocorre dentro do grande processo de produção, distanciando o

trabalhador de seu produto; e uma vez que o trabalhador não possui qualquer controle do seu próprio trabalho, torna-se ele próprio mercadoria, e sua força de trabalho é assim abstraída e transformada em valor dentro do grande processo de *coisificação* capital (MARX, *O capital*, livro 1).

Já a *mais-valia*, conceito apresentado por Karl Marx em *O Capital*, é entendido, de forma sucinta, como a diferença entre o valor daquilo que é produzido e o valor da força de trabalho empregado para produzi-lo; tal diferença significa um débito no valor real do trabalho realizado pelo trabalhador assalariado, que é convertido em acúmulo de capital ou lucro por parte do empregador. O reconhecimento dessa etapa do processo de alienação do trabalho industrial seria, nesse sentido, um grande impulso para uma união da classe operária europeia do século XIX, que vivia sob condições de trabalho aviltantes, e para uma consequente revolução em direção à tomada dos meios de produção, como seria posteriormente sugerido pelo *Manifesto Comunista* (1848) de Marx e Engels.

Tanto quanto a *mais-valia*, é necessário reavaliar a categoria do “proletariado” como classe efetiva no atual contexto de flexibilização do trabalho dentro de uma lógica globalista; considerando, à parte, as particularidades constitutivas da situação brasileira, sobretudo, e suas implicações no campo da arte. Guy Standing retoma e atualiza a expressão “precariado”, utilizada desde o século XIX para definir, em maior ou menor grau, particularidades do então lumpemproletariado (Chalhoub, 2002). Standing recorre ao termo para definir a feição de uma nova formação de mão-de-obra:

Conforme a década de 1990 avançou, mais e mais pessoas, não apenas nos países em desenvolvimento, encontravam-se em uma posição que os economistas do desenvolvimento e os antropólogos chamaram de “informal”. Provavelmente elas não considerariam esse termo uma forma útil de descreverem a si próprias, muito menos uma forma de fazê-las ver nos outros uma maneira comum de viver e trabalhar. Sendo assim, elas não eram classe trabalhadora, nem classe média, nem “informal”. O que eram elas? Um lampejo de reconhecimento teria ocorrido ao serem definidas como tendo uma existência precária. Amigos, parentes e colegas também estariam numa condição temporária de algum tipo, sem garantia de que estariam fazendo dali a alguns anos, ou ainda meses ou semanas, o que faziam naquele momento. Muitas vezes eles nem sequer desejavam ou tentavam fazê-lo dessa maneira. (STANDING, 2013, p. 22).

O autor define o precariado como uma classe em formação no contexto de globalização, acelerada após a década de 1980. Caracteriza, nesse sentido, uma condição de enorme expressividade, que sistematiza aspectos da informalidade, referindo-se a um modo de subsistência marcado por baixos salários, empregos com pouca ou nenhuma garantia legal de proteção ao trabalhador, e uma insegurança geral quanto ao vínculo empregatício.

Essa contradição fundamental evidencia uma característica social que repercute por toda a obra e perpassa temas e problemas contemporâneos relacionados ao universo do trabalho, que podem ser pensados de modo mais amplo ou mais localizado mas que, de todo o modo, exigem uma compreensão atualizada da categoria que se convencionou como “classe trabalhadora”. Com a uberização do trabalho (ABÍLIO, 2021) e a diminuição do poder dos sindicatos, juntamente com a ascensão do fenômeno do neoliberalismo, o trabalho vem perdendo sua centralidade na organização social da vida, bem como seu papel ético e moral, agregador da ordem espiritual da vida social. O narrador define o trabalho de supridor, realizado por Pedro, numa interpelação crítica, como um

“auxiliar de operações”. Se, no lugar disso, estivesse escrito ‘pau pra toda obra’ ou simplesmente ‘curinga’, daria no mesmo: o supermercado podia sujeitá-los a incumbências de toda sorte, sem lhes dar margem para moverem uma ação trabalhista sob alegação de desvio de função (FALERO, 2020, p. 40).

No quarto capítulo do romance, intitulado “Mestre e discípulo”, Pedro fica encarregado de explicar as funções do trabalho de supridor a Marques, recém contratado. como o sistema ali funciona: para além de abastecer as prateleiras, como consta no contrato, é preciso estar disposto a “fazer de um tudo”: “até chão tu vai ter que limpar” (FALERO, 2020, p. 42), além de descarregar as cargas – processo chamado espiritualmente de “corrente de descarrego” (p. 40) –, porque, como explica Pedro, “todo o mundo acaba fazendo de tudo aqui. Não podem é te ver quieto” (p. 43). Por isso a necessidade de uma “mocozada” (*sic*) de vez em quando, de “dar uma mastigadinha” de cantinho (*sic*) nos itens do supermercado, como um pequeno prazer compensatório. E, ali, se principia uma aliança entre os dois repositores de estoque.

Ponto central do capítulo reside na argumentação de Pedro, que buscará convencer Marques da impossibilidade de que uma única pessoa seja capaz de produzir o que quer que seja sozinha, e como isso perpetua as circunstâncias da precariedade social em que vivem, porque “quando tu é dono de coisa demais, sem ter feito por merecer tudo o que tu tem, isso significa que os nego que fizeram por merecer tão a ver navio, por culpa sua” (FALERO, 2020, p. 46), e porque a quantidade de trabalho necessária para que alguém tenha o padrão de vida do dono da rede de supermercados Fênix, por exemplo, seria humanamente impossível de ser cumprida por uma única pessoa. Marques, resistente, mas impressionado, argumenta a partir de afirmações da ordem da meritocracia: o chefe da rede de supermercados, por exemplo, “não construiu a rede inteira sozinho. Ele empregou um montão de gente. Mas não

obrigou ninguém a trabalhar.” (p. 49). O debate continua, e Pedro, empiricamente, justifica a Marques toda a mecânica que ordena o universo de necessidades implicadas para que um trabalhador se sujeite a um trabalho mal pago: “Beleza, não foi o dono da rede que obrigou as pessoa a trabalhar. Que difereça faz? As pessoa, mesmo assim, trabalharo na rede dele por obrigação, e ele tirou proveito disso. Ele é milionário hoje por causa disso. *Bilionário*, se ratiar” (p. 50). O personagem explica também que a suposta relação de causa e efeito entre o quanto uma pessoa trabalha e o quanto de dinheiro ela ganha não é equivalente. “Na real, tu merece ficar com todo o lucro do negócio só enquanto for *tu mesmo* o único a trabalhar pro negócio (...) porque o certo, mano, é tu ser dono de tudo que tu produz com as tuas próprias mão” (p. 51), e questiona a relação entre o que é certo e o que determina a “lei” que ratifica a situação do empreendedorismo: “Eu prefiro chamar de ‘roubo legal’, É, ‘roubo legal. Eu chamo isso assim porque a lei permite isso, (...) tu tá pegando um dinheiro que, por direito lógico de produção, simplesmente não te pertence, ou seja, tu tá roubando sob a proteção da lei” (FALERO, 2020, p. 53). Pedro irá convencê-lo de que “o mundo tá como tá, mas não precisava tá como tá, ele foi ajeitado assim como tá”.

A partir da exortação de Pedro sobre o mecanismo do capital, vale contextualizar a situação desse trabalho em território brasileiro, uma vez que, nele, foram incorporadas características que agravaram as tendências exploratórias do trabalho assalariado. Ocorreu aqui um descompasso que interrompeu o fluxo de importação do modelo da economia política do trabalho livre em seu modelo matricial, observado por Roberto Schwarz, em muito embasado pela leitura dos romances de Machado de Assis. Ele situa “o descompasso ideológico que predomina na realidade brasileira”: Da Europa do século XVIII eram importados os modelos políticos, econômicos e sociais que funcionavam desajustadamente à realidade nacional, uma vez que o Brasil seguia utilizando mão de obra escrava para produzir bens comerciais. O crítico literário expõe algumas razões desse quadro de incompatibilidade:

Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Esse aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: Não há especialização do trabalho, porque se procura economizar a mão de obra”. Ao citar a passagem, F. H. Cardoso observa que **“economia” não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo.** O oposto exato do que era moderno fazer. **Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia** (SCHWARZ, 2009, p. 63) (grifo próprio).

Tal impropriedade, oriunda da escravidão, teve de ser incorporada à lógica do mercado em solo nacional; e com a ascensão neoliberal nas últimas décadas do século XX, ela se naturaliza nos trabalhos subalternos. Esta constatação modifica, decerto, a definição marxiana que diferencia o trabalho escravo do assalariado, isto é, o salário: “O modo de produção capitalista se distingue do modo de produção fundado na escravidão, entre outros motivos, pelo fato de que o valor ou preço da força de trabalho se apresenta como valor ou preço do próprio trabalho, ou como salário (Livro I, capítulo 17)” (MARX, p. 51), ainda que esse salário seja caracterizado pela diferença da mais-valia.

Se o discurso meritocrático reforça a crença na incapacidade individual daquele que não consegue acumular dinheiro suficiente para gastar a seu bel prazer, uma vez que “se as pessoa que tão jogando dinheiro pra cima merece tudo o que têm , então tu, que não tem porra nenhuma, merece não ter porra nenhuma” (FALERO, 2020, p. 58), a noção de mais-valor dinamita essa crença: a tendência da empresa capitalista, diante da concorrência e da própria natureza do acúmulo do capital, é sofrer uma queda de lucro, que será compensada, dentre outras medidas, através da retenção do valor do trabalho realizado pelo empregado (MARX, *O capital Livro 3*). O trabalhador que se torna capaz de reconhecer esse dissenso é capaz de assumir uma reação, muitas vezes violenta, mas na maior parte das vezes, melancólica, alienada à narrativa da própria vida, e amparada pela ilusão do consumo, em um país com raízes profundas na escravidão.

Explicando, assim, que o vilão da própria vida está lá fora, e não dentro de si, Pedro quer que Marques reconheça não haver necessidade para o autodesprezo, e que reconheça, ao contrário, o próprio valor como indivíduo, atitude necessária para que ambos invistam definitivamente na busca por dinheiro, mesmo que de maneira ilegal (FALERO, 2020, p. 61). É a partir do reconhecimento da total desvalorização não apenas do trabalho, mas da vida subalterna perante a sociedade capitalista, que a investida no universo arriscado e imprevisível do crime parece valer a pena, conquanto na busca por valor e dignidade *através* do dinheiro. Pedro afirma: “Eu não quero mais saber de ética, de moral, de lei, de certo ou errado. Foda-se tudo! Eu quero é ficar rico. Eu quero é dinheiro, dinheiro *afu!*” (FALERO, 2020, p. 62). O desvencilhamento da moral se realiza, no entanto, dentro de balizas bastante específicas, que implicam em certa conduta de justiça e repartição dos bens entre os sócios da empreitada de venda de maconha, que vai se concretizando ao longo da narrativa.

O drama familiar de Marques narrado no capítulo “O aguilhão do autodesprezo” justifica o seu desejo de enriquecer. O tapa desferido contra sua esposa, após ela revelar uma gravidez não planejada, é refletido internamente pelo próprio Marques (através da narração de sua consciência) como resultado de uma vida sem dinheiro, o que reduz a dignidade de suas ações diante de conflitos que envolvem o sustento da família: “Apesar disso, não conseguia sentir-se nobre ou virtuoso naquele momento. (...) e assim o aguilhão do autodesprezo ia espicaçando-o a cada palavra de amor não dita, a cada gesto de amor não feito” (p. 28-29). E o momento de reconciliação entre ele e Angélica, sua esposa, que “poderia ter sido um momento mágico”, as preocupações da realidade material batem no assoalho que range, com a criança eufórica, que precisam alimentar, correndo de um lado para outro, e tornam impossível a magia na “precariedade total” (p. 31), reforçando o argumento de Pedro, de que é o dinheiro o elemento que propicia a *magia*, aquilo que se adquire através do *fetichismo da mercadoria* (GRAEBER, 2011). No entanto, o narrador contrasta a cena de penúria familiar com “a sala espalhafatosamente mobiliada” (p. 31), o que sugere conotativamente anseios por uma ficção de classe apoiada no consumo, provavelmente deslocada de uma suposta ordem de necessidades acumulativas.

A perspectiva de Marques quanto ao problema da pobreza está voltada para seu papel na relação familiar, ou melhor, na sua responsabilidade em relação à família nuclear e à expressão do afeto, ambos problemas da ordem de uma masculinidade compulsória. Pedro, por outro lado, reconhece os problemas da desigualdade social a partir de uma perspectiva sobre o todo que o cerca, apesar de suas pretensões de enriquecimento não envolverem necessariamente o sustento de uma família, ocupando, assim, um papel de “lobo solitário” que atua como o mestre de sua pequena comunidade, tornando-se, assim, o intelectual mediador de sua classe (GRAMSCI, 2004), “orgânico”, também, no sentido de agir em prol de um grupo mínimo de pessoas, mas sem pretensão revolucionária. Trata-se de um tipo de intelectual orgânico completamente transformado pelo seu tempo e contexto, que age em busca de um ideal de dignidade corrompido pelo capital: *Dignidade*, nesse sentido, para ambos, diz respeito às condições materiais de vida. A ideia de dignidade moral associada ao trabalho, fundada em uma espécie de orgulho de ser agente da sociedade, é rompida. Ela se torna um bem adquirível: rasga-se o véu da transcendência moral em direção ao poder possível da imanência, alcançável graças ao dinheiro.

A construção ética propiciada pela relação do trabalho, caracterizada pela disciplina quanto ao gerir do próprio tempo – dentro, é claro, de um tempo socialmente construído – e

pelo valor da *satisfação adiada* (SENNETT, 2008) em direção à estabilidade material, elemento do *ethos* das gerações anteriores como expressado pela história dos antepassados de Pedro, perde o sentido: a experiência de profundidade ligada ao trabalho duro, que atribui valor ao sujeito, precisava estar assentada em instituições suficientemente estáveis para que o adiamento dos desejos em prol de projetos duráveis pudesse se sustentar. A ruína não só das instituições do trabalho, mas também de um potencial horizonte de organização sindical em *Os Supridores* pode ser compreendida em diferentes momentos do romance. O capítulo inicial já nos oferece indícios de um problema fundamental na formação de aliança de classe, dadas as pequenas conveniências hierárquicas: o gerente da rede, em um encontro casual com o dono da rede de supermercados Fênix, denuncia ao patrão o hábito dos funcionários de surrupiar pequenos itens do mercado, ao passo que o patrão, afoito com a razão da reunião, demonstra desinteresse pela questão – afinal, esses pequenos descontos não o prejudicarem quanto ao seu rendimento total. A atitude do gerente visa, neste sentido, estabelecer uma aliança com o superior, demonstrando sua prestatividade e lealdade, decerto visando alguma promoção ou qualquer benefício a longo prazo. Estabelecem-se assim ilusórias hierarquias entre os empregados, enquanto as demandas do dono da rede pressupõem o preenchimento total do tempo dos funcionários para a maximização dos seus lucros. Ainda que ao vestir o uniforme sentisse “a autoconfiança beirando a sensação de superioridade” (p. 39), Pedro e outros funcionários, de todos os setores (seguranças, açougueiros, padeiros, operadores de caixa, até mesmo o chefe da loja), injuriados, reagem à exploração do tempo de trabalho com aquilo que nomeiam “Operação Bruxaria”: um esquema de saqueamento de mercadorias em grande quantidade, recém-chegadas no mercado, para que fossem vendidos em algum outro lugar (FALERO, 2020, p. 68).

No romance, os vínculos dentro do espaço de trabalho são criados (como no caso da *Operação Bruxaria*), mas seus objetivos são de curto prazo, motivados por pequenos benefícios, diante da desilusão do trabalhador dentro do contexto econômico neoliberal, em que parece não haver horizonte possível de reivindicação pela articulação de base. Além disso, a ocupação quase que integral do tempo de trabalho do funcionário altera as balizas que pautavam um certo ritmo da vida social (TELLES, 2006) e que conferiam ao trabalhador a ideia de uma divisão ordenada das instâncias da vida social (trabalho e não-trabalho), de modo que as circunstâncias variadas do trabalho precário e intermitente redefinem tempos e espaços da experiência social, alterando também a experiência urbana, bem como as experiências domésticas e subjetivas, criando um cenário de esgotamento psíquico e

emocional (SAFATLE, 2019). As conquistas trabalhistas e de classe que marcaram o século XX e que fomentaram uma conotação positiva da vida social, no Brasil e em outras partes do mundo, com o capitalismo flexível (SENNET, 1998), parecem regredir ao seu estágio mais primário de exploração, incrustado na própria etimologia da palavra “trabalho” – originária do termo *tripalium*, que expressa a ideia de sacrifício, uma vez que designava “instrumento utilizado por agricultores para bater o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (RIBEIRO; LÉDA, 2004). A origem do termo “labor” (ib.) também remete ao trabalho árduo e massante. A própria relação entre objeto e função nos aproxima do princípio da reificação, que indistingue trabalhador e produto, ambos parte do mesmo processo produtivo.

Uma das chaves da leitura d’*Os Supridores* está no hábito de incessantes leituras de Pedro, realizadas nos intervalos do trabalho, isto é, no transporte público. Desenvolvera “a invejável capacidade de ler no ônibus sem ter enjoo”, de modo que as idas e vindas do trabalho para a casa nos ônibus “haviam se convertido em momentos de indizível prazer”. Mas este é um elemento que nos é oferecido *in media res*, : o narrador não se preocupa em nos dizer como ou porquê Pedro adquiriu esse hábito, mas sim em descrever que, a partir dele, se manifesta em Pedro uma reação crítica à realidade que o cerca, às condições às quais é sujeitado, narrando um evento anterior ao tempo da ação para contribuir à *accionalidade* da narrativa.

Essa informação, para o romance, é fundamental para a compreensão da situação do trabalhador contemporâneo, que também passou a ter maior possibilidade de acesso à leitura. Há, no capítulo “Mestre e discípulo”, uma alusão ao poema “Perguntas a um trabalhador que lê”, de Bertolt Brecht, que possibilita imaginar um diálogo estético e filosófico na formulação da obra. Nos primeiros versos do poema de Brecht, lê-se:

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?
E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
para onde foram os pedreiros? (...)

No romance de Falero, Pedro apresenta argumento bastante similar, estrutural e semanticamente, em meio ao diálogo com Marques:

– Então, mano! O dono da rede Fênix começou o negócio com uma loja pequena. Ele não nasceu rico. (...)

– Ah, é mesmo? Ele construiu, é? Esse império todo, com todas as dezenas de lojas, com todas as dezenas de caminhão transportando tonelada e tonelada de carga pra lá e pra cá, com todo o maquinário, foi ele, *sozinho*, que construiu tudo, tudo, tudo?” (FALERO, 2020, p. 49)

O poema de Bertolt Brecht constrói um argumento recursivo em torno da relação entre a mão de obra, que ativamente executa a história e constrói os emblemas da civilização, isto é, que constrói os templos e monumentos, que se sacrifica nas batalhas históricas, e a classe dominante, à qual é conferida a glorificação pelos feitos. O argumento, construído dialeticamente entre os termos do valor e do trabalho, questiona a grande História, ao evidenciar como esta oblitera o papel fundamental da mão-de-obra na produção de valor. O capítulo em que Pedro explica, nos termos de uma transposição didática, sobre a mais-valia, constitui a base do argumento marxiano justamente nos termos de um trabalhador que leu e que construiu uma percepção própria da realidade, questionando o discurso do senso comum; no entanto, a saída que o personagem encontra para é o grande elemento de problematização proposto pelo romance, isto é, o enriquecimento ilícito através da venda de maconha, bem como aos problemas de coesão e autoridade que permeiam o grupo responsável, e que culminam na *hybris* – o excesso trágico – graças à ostentação pelo consumo. Da retórica poética brechtiana, baseada na dialética marxiana, Pedro abraça o reconhecimento de uma história que oblitera o trabalho pesado dos anônimos, mas não o seu ideal revolucionário: diante da descrença na ideia de revolução ordenada pela classe trabalhadora, ele a adapta em novos termos, os de uma coletivização equânime (dividindo igualmente entre os cinco personagens envolvidos no *suprimento* de maconha à comunidade) que visa o benefício pessoal de cada um; uma pequena aliança de colegas de trabalho, familiares e vizinhos de confiança.

A perspectiva de Pedro se revela ambígua ou, ao menos, multifacetada e complexa. O desespero e a autoconfiança projetam crenças mágicas para sua vida pessoal: reconhece seu propósito como algo heroico, o que evidencia que, para além de um calculismo preciso, ele também é influenciado por uma lógica fabular. Será a partir dessa profunda e irremediável contradição perceptiva que Pedro empreenderá sua aventura, realizando seu “ato de fé”, um verdadeiro movimento idealista direcionado à ação. Mas fé em quê? A questão permanece em aberto, mas uma das possibilidades de resposta seria a fé no *dinheiro*.

A ambição é um elemento motivador necessário para mobilizar as ações na vida dos personagens cuja vida é condicionada a sustentar a “pesada pirâmide social” (p. 32), sem usufruir das benesses que produzem. De modo similar, o dinheiro possui uma importância

ímpar na narrativa: é aquilo que “poderia fazer toda a diferença (...) na vida de todo mundo”, “Dinheiro e nada mais” (p. 25). Esse pragmatismo nada açucarado implica menos em um índice de corrupção de caráter individual do que a própria natureza do dinheiro, que move a sociedade, uma vez que a sociedade já se encontra corrompida pela lógica do dinheiro. Mas ele pode ter um bom uso: as personagens passam a usufruir dos bens de uma classe média, conferindo às suas vidas a tal dignidade desejada, da qual jamais poderiam usufruir em outras circunstâncias que não aquela. O súbito enriquecimento tanto altera a vida das personagens quanto interfere no tempo narrativo da obra: do capítulo 2, do despertar de Pedro em 2 de fevereiro de 2009, até o capítulo 12, temos um tempo narrativo um pouco mais espaçado, que confere uma percepção da passagem do tempo mais lenta, bem como uma maior contemplação e crítica da realidade. Trata-se do período de idealização e início do esquema de tráfico de maconha. Do capítulo 12 em diante notam-se maiores lapsos temporais, e isso ocorre concomitantemente ao aumento do poder de consumo. E com esse poder, um novo senso de dignidade modifica a qualidade de vida e o humor das personagens: as primeiras férias de Pedro e Marques são comemoradas em um parque aquático, regados de fartura: “o clima era de pura alegria”, os “pássaros cantavam por toda parte, e a luz preguiçosa do sol matinal filtrava-se na copa das árvores (p. 151)”. Para Pedro, agora, adquiridos certos hábitos de consumo, “tudo lhe parecia poético, provido de beleza e lirismo” (p. 159): ir ao cinema, consumir drogas de boa qualidade e alimentos diversificados, se tornam hábitos frequentes. Em meio à fartura, o plano de interromper a atividade do negócio é adiado, uma vez que ainda “não tinha chegado o momento de estancar a gastança que nos últimos meses vinha irrigando e fazendo florescer os campos materiais de sua existência, outrora áridos e desertos” (FALERO, 2020, p. 150). Luan, o mais jovem do grupo de sócios, apelidado de Chokito, transformará sua vida pelo viés da ostentação, tornando-se o “Sheik” das meninas. Pedro, igualmente, irá experimentar os excessos do poder no capítulo 17, ao ser descoberto pelo gerente, juntamente com Marques, vendendo maconha dentro do supermercado. Mas em vez do medo, Pedro assume a retórica do bandido pela primeira vez, tomado do senso de que

O supermercado inteiro lhe pertencia. O mundo todo lhe pertencia. O poder infinito galopava em suas veias. Incolor e sem cheiro, o mais bem-guardado dos segredos agora também era de seu conhecimento (...): para ter o que se quisesse, bastava ser cruel o suficiente. E era esse entendimento que o fazia voar alto na sensação de ser dono de tudo” (ibid. p. 221).

O dinheiro demonstra sua opacidade quanto ao seu papel como determinante do consumo associado à classe social: ele não é um meio para que as personagens vivam uma vida que não as suas próprias, mas para que saciem os desejos incutidos desde a infância

desabastecida, desejos que conseqüentemente tornaram-se frustrações, demandas de um universo infantil que foi privado dos sonhos de consumo. O poder mágico do dinheiro, ocupa seu devido lugar em um imaginário coletivo e repercute nos desejos conscientes e inconscientes de Pedro e dos demais personagens da narrativa; ocupa, igualmente, seu papel de medida universal e elemento pelo qual se determina ou condena a vida coletiva. A aventura se estende ao universo do trabalho assalariado, o supermercado Fênix, quando Pedro e Marques começam a armazenar e vender maconha dentro do estabelecimento para suprir também os *playboys*, alargando a rede de lucro, similarmente ao que é realizado pelo próprio dono da rede de supermercados, ao estender suas filiais por toda a Porto Alegre.

Emulando e também deturpando as novas regras do capitalismo flexível segundo Sennett, o grupo de sócios concentra a renda sem centralização de poder, isto é, eles formam uma organização não-piramidal, mas micro-comunitária. Sob as determinações do mestre Pedro, o grupo se mostra capaz, até certo ponto, de praticar o que pode ser entendido como *adiamento dos desejos imediatos* em prol de um ganho pessoal vantajoso e a longo prazo, e de seguirem, eles próprios, no suprimento de maconha, sem usufruir da mais-valia do trabalho alheio.

A pragmática do dinheiro é um índice significativo no romance – senão seu próprio motivo interior –, mas ela diz respeito, antes de mais nada, ao reparo de uma dissonância que constrange, que torna mais amarga a vida e intensifica os problemas cotidianos, destituindo essas pessoas de dignidade – indissociavelmente ligada ao poder de consumo, resultado de uma descrença na participação política e na efetivação da própria demanda na comunidade (RANCIÈRE, 2018). A descrença na centralidade do trabalho e nas relações de reivindicação sindical acompanham, em boa medida, os acontecimentos que regem a política nacional brasileira prévia e concomitantemente ao tempo narrativo de *Os Supridores*: Giovanni Alves (2018), ao apontar aspectos do novo e precário mundo do trabalho, salienta “a crise do capitalismo global iniciada em 2008, o debacle do neodesenvolvimentismo e a nova ofensiva neoliberal no Brasil” entre 2015 e 2018 e afirma haver nesse processo uma “fragmentação do proletariado como sujeito histórico”.

O sociólogo retoma os recentes acontecimentos na política nacional relacionando-os à crise do capitalismo global iniciada com o *crash* de 2008; ainda que Lula, em seu segundo mandato, tenha conseguido frear uma recessão no país, o governo Dilma não resistiu aos efeitos retardatários da recessão global, evidenciando a fragilidade do

neodesenvolvimentismo. Segundo ele, “o projeto lulista (...) nadou contra a corrente do capitalismo neoliberal (...) a partir de 2008”, ainda que sob os governos petistas o salário-mínimo tenha crescido cerca de 70% , com acordos salariais, e que a taxa de desemprego tenha reduzido drasticamente. O Governo de Michel Temer, por exemplo, “não apenas limitou o gasto público, como impôs a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, aprofundando a flexibilização laboral na CLT”, o que resultou no agravamento da tendência a “vínculos empregatícios ocultos pelo salariato hiperfetichizado e a ideologia do autoempreendedorismo” (p. 39). Mas com Temer o que houve foi apenas o respaldo e vaticínio legal para práticas abusivas já praticadas nos ambientes de trabalho, dentro de uma estrutura coercitiva, comum ao capitalismo flexível, mesmo diante de uma economia próspera, como o fora até o fatídico ano de 2008. O tempo narrativo da obra coincide com o marco mencionado por Alves: será a partir de fevereiro de 2009 que os eventos irão se desenvolver, respaldando assim, em certa medida, o agravamento neoliberal no país, e uma possível guinada da guerra do tráfico. Como consequência, surge o dilema, coletivo e individual, de como organizar uma narrativa de vida para as próprias vidas “num capitalismo que nos deixa à deriva” (SENNETT, 2008, p. 140).

Nesse sentido, o trabalho, bem como todas as relações e benefícios possíveis que possam advir dele, é percebido apenas como um engodo para a condição miserável. Não há possibilidade de se construir uma vida *digna* com trabalhos mal pagos, que exigem um tanto de tempo e força; no trabalho precário não há satisfação no fazer, não há o aprendizado de uma comunhão operacional, não há *valorização recíproca* no trabalho cotidiano formal porque algumas noções básicas que sustentavam o alicerce do trabalho como *reprodução da vida social* se perderam: liderança, correspondência de tarefa, vínculos sociais no trabalho, e o reconhecimento de uma narrativa vital (SENNETT, 2008). E o reconhecimento da noção de *mais-valia* por parte de Pedro coloca em questão o papel do trabalho na sociedade como produtor de valor, e o papel da exploração do trabalho na perpetuação da miséria para aqueles que efetivamente *produzem*:

(...) existe um limite até onde a gente pode fazer as coisa sozinho, Marques. Existe um limite. (...) Uns faz camisa, outros planta batata, outros varre rua, outros dá aula de matemática. Não importa: é tudo trabalho. Com o trabalho, as pessoa contribui na sociedade, tendeu? Com o trabalho, as pessoa produz, as pessoa faz existir coisa que até então não existia, coisa que as outras pessoa precisa. Só que cada um tem o seu limite”, porque “quando tu tem grana demais (...) isso significa que os nego que fizeram por merecer tão a ver navio, por culpa tua. (FALERO, 2020, p. 46).

O movimento “heroico” de Pedro, em *Os Supridores*, também é respaldado pela fé judaico-cristã; trata-se não apenas de um ato possivelmente quixotesco, mas também um ato de fé na possibilidade de salvação pelo dinheiro. A oratória de Pedro não apenas o caracteriza como o mestre pragmático do grupo, mas também como o pastor de um rebanho, que desconhece a forma correta – isto é, a forma eficaz – de enriquecer e gerir o dinheiro adquirido. Pedro reflete o papel daquele que possui o controle das ações do resto do grupo através do convencimento, manipulando as circunstâncias a seu favor – mesmo que os benefícios possam ser equanimemente entre os demais sócios. No que segue sendo o clímax da narrativa, em “ Noite Macabra”, o grupo se arrisca em uma empreitada “justiceira”, em revanche ao assassinato da mãe de Luan, considerada o “oráculo oficial da Vila Planetário, por um grupo de bandidos que tentaram tomar o ponto de vendas de droga na região. O desfecho, repleto de contradições até mesmo cômicas, irá se realizar como num cenário de *Counter Strike*, o popular jogo de ação dos anos 2000: sob o comando da palavra de ordem de Pedro, “Fé em Deus, gurizada!”, o bando ressoa em uníssono: “Fé em Deus!”, enquanto engatilham os revólveres para empreender o extermínio dos rivais (FALERO, 2020, p. 275).

A propagação de uma fé no futuro, destituída dos dilemas ético-religiosos que caracterizam o ganho através do trabalho, bem como a afirmação de uma parcial “satisfação adiada”, situam Pedro como um pregador da “anti-ética” do trabalho. O grande arquiteto do plano é também aquele que se sacrifica individualmente pelos crimes cometidos pela organização, quando finalmente são pêgos pela polícia, graças a uma denúncia. A arquitetura do romance como uma aventura de penúria, conquista e castigo, mais ou menos centralizada na figura anti-heróica de Pedro, evidencia o cumprimento de uma filosofia particular na narrativa: o personagem não é estritamente punido pelos seus crimes porque merecia ser punido (esta é a lógica do romance), ou porque foi investigado por autoridades competentes, mas sim pela *desmedida* de suas emoções, na falha do pragmatismo que, até então, havia prevenido o grupo de consequências criminais. A tragicidade do romance se realiza com a morte de Luan, mas não apenas: é sobre como ela repercute sobre todas as convicções racionais do personagem central, que levou a cabo todo o empreendimento do romance. Todos os planos de Pedro se cumprem perfeitamente, e mesmo a morte de Luan ocorre pela tragicidade inerente à sua própria história; nesse sentido, qualquer dos excessos cometidos por ele não significaram uma queda moral passível de punição.

Para a ordem de enriquecimento, prevalece a razão sobre a emoção, a necessidade de se manter a apatia diante do sofrimento alheio. Na lógica geral do romance o dinheiro, de

fato, não pode compensar uma perda afetiva, mas pode, sim, elevar o espírito daquele que o possui, sem que isso incorra em uma perda de caráter profundo – nenhuma perda que já não tenha ocorrido mediante as circunstâncias de precarização da vida social..

A revelação final do romance, de que é Pedro quem escreve a narrativa, de dentro da prisão, sugerindo um fluxo *espiralar* de acontecimentos, possibilita observar o romance, retrospectivamente, por uma perspectiva renovada. A própria questão da autoria do romance, vinculada à identidade de José Falero – oriundo da periferia e da classe trabalhadora precarizada, leitor tardio e subestimado quanto às suas experiências iniciais de escrita, intelectual autodidata que demonstra profunda preocupação social e contínuo engajamento crítico, tanto em sua vida pessoal quanto na escrita –, nos conduz a perceber certas afinidades entre narrador e autor. João Luiz Lafetá, em seu ensaio “O romance atual” (2005), propõe um novo olhar sobre as transformações que ocorrem na literatura graças à emergência de novas formas sociais, possibilitando que a literatura seja contemplada por perspectivas novas, transformadas pelo contato entre o escritor e o mundo do trabalho: a experiência de vida, a vida laboral das personagens, e a linguagem utilizada sem os aparatos de divagação interior¹ comumente utilizadas na literatura dão expressão ímpar a personagens que representam o trabalhador comum brasileiro e que mergulham em seus dramas profundos, não mais tingidos pelas expectativas do escritor de classe média. Questões contemporâneas a respeito do cenário literário transformado pela emergência de escritas periféricas, evocadas na coletânea de textos *Modos da Margem* (FARIA; PATROCÍNIO, PENNA, 2015), sugerem uma proliferação de vozes subalternizadas que, aos poucos, galgam espaço nas grandes editoras, e fomentam uma profunda discussão sobre o alcance da teoria crítica literária, por vezes inapta a receber essa “nova” literatura. No entanto, me restrinjo, aqui, de ampliar o debate sobre tais questões, mas sim verificar que, em *Os supridores*, a relação entre a autoria e a autoridade – a experiência de classe e de território – propicia a ampliação de horizontes, estabelecendo na ficção uma imaginação renovada para as questões da subjetividade da classe trabalhadora, A contextualização do surgimento da Lomba do Pinheiro desautomatiza o olhar sobre aquela realidade e possibilita o reconhecimento histórico de uma situação de constante transformação social.

¹ Neste caso, o crítico literário está tratando do escritor Oswaldo França-Júnior, que considera, no contexto de publicação do texto, na década de 1980, um expoente do que seria o “escritor profissional”, ligado às classes trabalhadoras de modo intrínseco. Ver: “O romance atual: Considerações sobre Oswaldo França Junior, Rui Mourão e Ivan Angelo”. em: *A dimensão da noite*. pgs. 241-264.

Bibliografia consultada

Abílio, Ludmila Costhek. “Uberização: a era do trabalho *just-in-time*?”. **Estudos Avançados**, N. 34 (98), 2020.

Alves, Giovanni. “O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil: perspectivas para a década de 2020”. Em: **Margem Esquerda**, n. 31, 2º semestre. São Paulo: Boitempo, 2018.

Brecht, Bertolt. **Poemas e canções**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Falero, José. **Os supridores**. São Paulo: Todavia, 2020.

Faria, A. Penna, J.C., Patrocínio, P. R. T. (orgs.). “Modulações da margem”. Em: **Modos da margem**. Figurações da marginalidade na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. II.: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Lafetá, João Luiz. “O romance atual”. Em: **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

Marx, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Editorial Avante! - Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/index.htm>.

Rancière, Jacques. **Políticas da escrita**. Trad. Raquel Ramalhete. São Paulo: Editora 34, 1995.

Ribeiro, Carla Vaz dos Santos e Leda, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estud. pesquis. psicol.** [online]. 2004, vol.4, n.2, pp. 0-0. ISSN 1808-4281.

Schwarz, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Sennett, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.

Zaluar, Alba; Ribeiro, Ana Paula Alves. “Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca”. **Revista Novos Estudos** n. 84, jul. 2009.